


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0024624-50.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Repetição de indébito**
 Requerente: **Leonardo Leite de Melo**
 Requerido: **Real Leasing Sa Arrendamento Mercantil**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LEONARDO LEITE DE MELO, já qualificado, moveu a presente ação de revisão de contrato cc. repetição de indébito contra REAL LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, atualmente BANCO SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, também qualificada, alegando tenha firmado com o réu contrato de financiamento de veículo no qual cobradas tarifas indevidas tarifa de cadastro de R\$ 450,00, tarifa de gravame de R\$ 37,82 e tarifa de serviço prestado pela correspondente da instituição financeira de R\$ 2.507,04, totalizando cobrança de R\$ 2.994,86 que pretende repetida em dobro, em R\$ 5.989,72.

A ré contestou o pedido sustentando que a repetição do valor das tarifas já estaria atingido pela prescrição, porquanto já decorridos mais de três (03) anos, nos termos do art. 206, §3º, IV, do Código Civil, aduzindo não haja vício ou abuso algum na contratação, com valores pré-fixados e devidamente informados ao autor, passando a discorrer sobre o contrato de leasing, para, ao final, concluir pela improcedência da ação.

É o relatório.

DECIDO.

Com o devido respeito ao entendimento do autor, não há ilegalidade alguma na cobrança da tarifa de cadastro, conforme decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *“TARIFAS BANCÁRIAS - Previsão contratual da cobrança de Tarifa de Cadastro e Registro de Contrato, com a especificação de seus valores - Ausência de demonstração de vício de consentimento quando da assinatura do pacto ou da abusividade de tais custos - Resolução nº 3.919/11 do Bacen - Legalidade da cobrança”* (cf. Ap. nº 0001721-64.2011.8.26.0369 - 38ª Câmara de Direito Privado TJSP - 26/09/2012¹).

E quanto à tarifa de serviços de terceiro, ou tarifa de serviço prestado pela correspondente da instituição financeira, do mesmo modo: *“Ação revisional. Procedência parcial. Contrato de financiamento. Tarifas de abertura de cadastro, de serviço de terceiros, registro de contrato e avaliação do bem. Pactuação e ausência de abuso”* (cf. Ap. nº 0005189-40.2011.8.26.0400 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/05/2012²).

Finalmente, a tarifa de gravame: *“Lícita a cobrança das tarifas de cadastro, taxa de gravame e registro Tarifas pactuadas expressamente no contrato e com respaldo na Resolução 3.518/2007 do BACEN, com redação alterada pela Resolução 3.693/2009 Cobrança de IOF*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² www.esaj.tjsp.jus.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

compulsória e decorrente de lei Sentença mantida Recurso improvido” (cf. Ap. nº 0112143-06.2012.8.26.0100 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 01/08/2012³).

Em resumo, a ação é improcedente, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 11 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

³ www.esaj.tjsp.jus.br